

## O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA INTERFACE COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

### PLAY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN AN INTERFACE WITH PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES

 <https://doi.org/10.63330/armv1n1-010>

Submetido em: 11/04/2025 e Publicado em: 22/04/2025

**Josimak Vieira Venâncio**

Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade  
Federal do Oeste  
Pará, Campus Óbidos-PA  
E-mail: josimackvieira@gmail.com

**Natalice da Silva Marinho**

Graduada em História pela faculdade Fatep e Graduanda de Pedagogia pela Universidade Federal do Oeste do Pará- Ufopa

#### RESUMO

A pesquisa objetiva refletir sobre o lúdico na educação infantil de acordo com as políticas públicas educacionais para que o direito da criança se execute. Dessa forma, procuramos desenvolver um trabalho no qual contemplasse esta temática, através da pesquisa bibliográfica voltadas para as legislações brasileiras, juntamente com estudos de teóricos da educação voltados para a ludicidade. Diante disso, veremos que o brincar não é apenas um simples passa tempo, mas um direito garantido por lei e de acordo com os teóricos não existe uma única definição do que vem a ser o lúdico na educação infantil, pois cada teórico define de um jeito como trabalhar essa ludicidade. O fator lúdico, está associado diretamente a jogos, brinquedos e brincadeiras, interesse e prazer, o mesmo proporciona bem-estar as crianças, cabe o profissional da educação infantil utilizar a ludicidade como meio para desenvolver inúmeras capacidades e potencialidades aos pequenos. Sendo que o próprio professor em si já é um instrumento lúdico nesse processo de ensino aprendizagem, juntamente com as crianças criam momentos de interação indispensáveis para os desenvolvimentos em todos os aspectos possíveis. São estas atividades lúdicas que pretendem melhorar a socialização entre as crianças, fazendo com que vivencie situações de colaborações, trabalho em equipe e respeito. Além de proporcionarem momentos lúdico e prazerosos, fazendo com que a criança classifique, ordene, estructurem e resolvam pequenos problemas e sintam-se motivadas a ultrapassarem seus próprios limites, enquanto brinca a criança está pensando, criando e desenvolvendo, dentre outros fatores o pensamento crítico. Sendo assim, o lúdico é uma estratégia insubstituível para ser usada como estímulo e conhecimento da educação infantil, para as diferentes habilidades operatórias e não deve-se desprezar esta pratica pois como constatasse em toda, pesquisa através dos teóricos que estudaram essa metodologia, é relevante para o aprendizado das crianças.

**Palavras-chave:** Lúdico; Políticas públicas; Educação infantil.

#### ABSTRACT

This article aims to reflect on Playfulness in Early Childhood Education in accordance with public educational policies so that the child's right is implemented. In this way, we sought to develop work that addressed this theme, through bibliographical research focused on Brazilian legislation, together with studies by educational theorists focused on playfulness. In view of this, we will see that playing is not just



a simple pastime but a right guaranteed by law and according to theorists there is no single definition of what playfulness is in early childhood education, as each theorist defines it in a different way as work on this playfulness. The playful factor is directly associated with games, toys and games, interest and pleasure, it provides children with well-being. It is up to the early childhood education professional to use playfulness as a means to develop countless skills and potential in young children. Since the teacher himself is already a playful instrument in this teaching-learning process, together with the children they create moments of interaction that are essential for development in all possible aspects. These playful activities aim to improve socialization among children, making them experience situations of collaboration, teamwork and respect. In addition to providing playful and pleasurable moments, making the child classify, order, structure and solve small problems and feel motivated to overcome their own limits, while playing the child is thinking, creating and developing, among other factors, critical thinking. . Therefore, play is an irreplaceable strategy to be used as stimulation and knowledge in early childhood education, for different operational skills and this practice should not be neglected because, as seen throughout the research through the theorists who studied this methodology, it is relevant for children's learning.

**Keywords:** Playful; Public policies; Early childhood education.



## 1 INTRODUÇÃO

O lúdico na educação infantil é uma forma de aprendizagem eficaz e divertida, pois a criança aprende brincando e nem se dá conta que está aprendendo, tornando-se um momento prazeroso de brincar e interagir através do processo de ludicidade, pois sabe-se que o brincar é indispensável para seu desenvolvimento possibilitando a aprendizagem fazendo com que a criança tenha autonomia e liberdade para criatividade, natural da infância.

A palavra lúdico vem do latim *ludus* que significa basicamente jogo, porém o lúdico passou a ser reconhecido como uma das formas mais utilizadas para o estudo do comportamento humano e não apenas um sinônimo de um simples jogo, é fato que independente da cultura, época e classe social os brinquedos e jogos fazem parte da vida das crianças, toda criança vive e cria momentos lúdicos.

Nessa perspectiva o objetivo deste trabalho é refletir sobre o lúdico na educação infantil de acordo com as políticas públicas educacionais para que o direito da criança se execute. Partindo do princípio de que a criança gosta de brincar e nem sempre o direito é respeitado, instigando-nos a pesquisar o lúdico na educação infantil, numa interface com as políticas públicas educacionais, pois as mesmas dão base para que esse direito do brincar seja assegurado.

Nesse sentido abordar-se-á as políticas públicas que regem a temática no território brasileiro no que tange o direito de brincar, no período do primeiro ciclo da educação básica, sendo contemplada pela educação infantil, observe-se que o lúdico é trabalhado vagamente pelos profissionais, nesse sentido a problemática norteadora deste trabalho é como trabalhar o lúdico politicamente correto na educação infantil?

O processo metodológico ocorreu através de procedimentos bibliográficos numa vertente qualitativa com base na interpretação subjetiva dos autores elencados, sendo eles: Kishimoto(2010), Piaget(2013), Vigostski(1991). Também abordar-se-á as leis voltadas para o direito de brincar da criança como por exemplo Declaração Universal dos direitos humanos(1948), Declaração do direito da Criança(1959), A Constituição da República Federativa do Brasil(1988), a respeito das práticas lúdicas encontra-se na lei n 8.069 de 13 de julho de 1990 a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Base Nacional Comum Curricular (2018) far-se-ão parte dessa discussão.

A pesquisa bibliográfica proporciona análise dos fatos lidos em forma de resumos e triangulações dos referidos autores em discursão, neste sentido propõe-se se triangular o lúdico na educação infantil numa interface com as políticas públicas.

Assim foi feito um trabalho de pesquisa em livros e leis para que o problema possa ser contemplado de maneira clara e objetiva, demonstrando como trabalhar o lúdico politicamente correto na educação infantil segundo os teóricos da educação e as leis que asseguram esse direito da criança.



## 2 DESENVOLVIMENTO

O mundo infantil é fantasioso, imaginativo, curioso, perspicaz, colorido e indagativo, por isso o lúdico é a maneira eficiente e eficaz para se desenvolver a aprendizagem, ensino, relacionamento, amizades, discórdias e amorosidade. Dentre as maneiras de trabalhar o lúdico politicamente correto na educação infantil, destacaremos aspectos indispensáveis para o desenvolvimento da criança.

### 2.1 1ª: SE TRABALHA O LÚDICO POLITICAMENTE CORRETO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA CONCEPÇÃO HISTÓRICO SOCIAL DA CRIANÇA

Segundo Ariés a criança foi vista apenas como um ser em miniatura e ignorada em suas necessidades e peculiaridades. Pode-se argumentar que os entendimentos e ideias sobre o que é infância e como ver e envolver a criança na sociedade e a que habitualmente pertence, de modo geral sofreram modificações ao longo das décadas (ARIÉS, 1981).

Na Idade Média as crianças eram consideradas adultas em miniatura trabalhavam nos mesmos lugares, usavam as mesmas roupas.” assim a criança diferia do homem, apenas em tamanho e força, enquanto outras características permaneciam as mesma” (ARIÉS, 1981, p.14).

Sob esse ponto de vista, houve um tempo em que a infância era caracterizada pela inexperiência, dependência e incompetência, pois o mesmo não era compreendido como adulto. Como não havia diferença entre adultos e crianças, os quais tinham que aprender tarefas diárias, trabalhar, ajudar os pais nos ministérios e o tempo de convivência com a família era bastante curto.

No século XVII, foram dados os primeiros passos para separar adultos e crianças através da escolaridade. No final deste século observam-se as primeiras mudanças no conceito de infância. Um dos principais influenciadores desta mudança foi a igreja, que teve papel importante ao associar a imagem das crianças a imagem dos anjos, que refletiam a inocência e a pureza, para que Deus os favorecesse pela sua simplicidade e gentileza, sem culpa obrigando as crianças a amar e tornando a educação obrigatória, ao contrário da indiferença que reinou durante tanto tempo.

A partir dessa época, começou a ser apresentada iconografia em forma de anjos infantis, o que estabeleceu uma religião para as crianças (ARIES, 1981, p.14) O final deste século foi considerado uma marco no desenvolvimento dos sentimentos das crianças, suas peculiaridades, quando realmente começaram a falar sobre a fragilidade das crianças, suas peculiaridades, e a cuidar de sua formação e desenvolvimento moral.

Depois, a partir do século XVIII, as crianças foram reconhecidas de acordo com suas características, tinham um quarto separado, guardavam alimentação especial e suficiente, passaram a ocupar mais espaço no meio social, o conceito de infância nasceu aí. Anteriormente, como se viu, a infância era considerada um período sem valor.



Agora a família começa a enfatizar seus sentimentos em relação à criança, esta nova emoção dirigida às crianças é considerada uma revolução. Ela passa a ser importante, valorizado pela família, e a infância é reconhecida como um momento digno de orientação e educação. Vê-se que enquanto na Idade Média as crianças não valiam nada e era seu dever trabalhar e tornar-se adultos o mais rápido possível, durante o Renascimento começou a educação das crianças.

Os direitos das crianças foram reforçados a partir da estratificação social, embora só funcionem no papel, mas agora podem ser considerados um passo em frente. A criação do Conselho da Criança e do Adolescente é um marco no reconhecimento e valorização da infância por meio de políticas públicas. Segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), os direitos das crianças são: Acesso à educação de alta qualidade, acesso à cultura e aos meios de comunicação e informação, capacidade de brincar com outras crianças da mesma idade, não forçado a trabalhar pelo adulto, seguir uma alimentação que forneça ao corpo os nutrientes necessários para crescer com saúde e energia.

Receber atendimento médico gratuito em hospitais públicos caso necessitem de tratamento, livre para ir e vir, conviver em sociedade e expressar pensamentos e sentimentos; receber proteção familiar natural ou adotada garantida pelo Estado ou um lar, caso percam parentes mais velhos e mais próximos devido a um acidente, não sofrer violência física ou mental por parte de responsáveis pela proteção e educação ou de outros adultos; ter direitos sem qualquer discriminação baseada na raça, cor, sexo, língua, religião, país de origem, classe social ou riqueza e respeitar os direitos de todas as crianças do mundo, ter nome e cidadania desde o nascimento, isso significa que é cidadão de algum país, pais e educadores devem lutar para que nem tudo fique no papel, lutar para alcançar os mesmos direitos para todas as crianças, independentemente da sua classe social.

Diante disso, observa-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi de fato o marco importantíssimo para definir todos os direitos referentes a criança e o adolescente e que os mesmos devem ser respeitados por todos, para que a criança se sinta assegurada e protegida perante a sociedade no qual esta inserida e desta forma ao crescer possa entender que todos temos direito e deveres dentro da sociedade.

## 2.2 2º: SE TRABALHA O LÚDICO POLITICAMENTE CORRETO NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DAS LEIS QUE ASSEGURAM O DIREITO DA CRIANÇA

Diante disso, destaca-se as leis brasileiras que dizem respeito ao direito do brincar das crianças, sendo fator lúdico através dos jogos, brinquedos e brincadeiras indispensáveis para o desenvolvimento infantil, desta forma devem ser trabalhados pelos profissionais na educação infantil de maneira que possam se desenvolver fisicamente, intelectual e socialmente.

A primeira legislação que enfatiza esta temática é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que ressalta em seu artigo 24 que “todo ser humano tem direito a repouso e lazer”. Por sua vez, teve



outra menção na Declaração dos Direitos da Criança(1959), no artigo 7 expõe a seguinte questão: “a criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se”.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 no seu segundo capítulo intitulado Dos direitos Sociais, expõe em seu 6º artigo” são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância”. Complementando-se que no capítulo terceiro sob o título Da Educação da cultura e desporto, em seu artigo 217 enfatiza a respeito da prática desportivas formais e não formais sendo visto como dever do Estado, diante disso no IV capítulo intitulado a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional no § 3º “o poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”.

No que diz respeito as práticas lúdicas enfatizadas nos meios legais brasileiros, encontra-se na lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, na qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências ,no capítulo II , intitulado Do Direito à Liberdade ao Respeito e à Dignidade, no artigo 16º Sob o título O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, o item IV menciona sobre ” brincar, praticar esporte e divertir-se”, como um dos direitos fundamentais poderosos presente na formação da criança; sendo reforçada no artigo 71 ”a criança e ao adolescente tem direito à informação, cultura , lazer, esportes, diversões, espetáculos , produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

Encontra-se também como documento legal, a Base Nacional Comum Curricular(2018) este documento trata que no período da Educação Infantil deve-se trabalhar as interações e brincadeiras com as crianças para que tenham condições de aprender e se desenvolver. Diante disso esse documento enumera seis eixos estruturantes que influenciam de forma direta no processo de aprendizagem e desenvolvimento sendo eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e conhecer-se.

Também, o mesmo documento ressalta cinco campos de experiências tendo como objetivo auxiliar no desenvolvimento da criança. Os campos são: O eu, o outro e o nós, corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços e tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL 2018).

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulações das emoções. Sendo a BNCC (2018, p.37).

Ademais, observou-se então as leis que regem a respeito da problemática em questão, porém cabe ao adulto responsável e os profissionais da Educação Infantil cumprir essas leis em prol do pleno desenvolvimento da criança para que se desenvolva a partir da ludicidade a aprendizagem de forma



significativa e feliz. As leis são de fato marcos significantes na história da criança, pois através das mesmas foi que houve o reconhecimento da importância das crianças na sociedade.

### 2.3 3º: SE TRABALHA O LÚDICO POLITICAMENTE CORRETO NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A ÓTICA DA CONCEPÇÃO DOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO VOLTADOS PARA A LUDICIDADE

Tizuko Morchida Kishimoto pesquisadora cuja linha de estudo concentra-se na área de educação infantil tendo publicações dedicadas a brinquedos, jogos e brincadeiras. O embasamento teórico pode ser visto nas publicações, pois traz informações de lugares e épocas. Encontramos aspectos históricos nos temas mencionados que necessitam de esclarecimento conceitos e ideias dos termos “jogo”, “brinquedo”, “jogo”, “criança” e uma perspectiva sobre como conectar os conceitos à educação infantil.

De acordo com (KISHIMOTO, 1994), “definir um jogo não é tarefa fácil” e para os conceitos de brinquedos e brincadeiras “não existe um conceito universal tais termos porque o jogo é considerado ambigualmente polissêmico.

No entanto, Kishimoto (1994) explica a distinção Entre eles afirmou que “os jogos não podem ser confundidos com brinquedos e brincadeiras que são estes diretamente relacionado com a criança.” Especialmente dá atenção a este tema em seu livro "Brincadeira e Educação da Primeira Infância", para tentar entender do que se trata o jogo.

Embora o conceito não esteja completo, sua base nos estudos dos pensadores nos dá mais próximo do que podemos considerar um jogo. Kishimoto (1994) ressalta que um jogo se define e Depende do ponto de vista de cada cultura que tenta ser classificada como jogo, pois "a mesma conduta pode ser considerada como jogar ou não jogar".

Além disso, neste livro, a autora distingue um brinquedo de um jogo quando nos diz que “o outro o brinquedo exige relacionamento com a criança e abertura, indecisão de acordo com o uso, ou seja a ausência de um sistema de regras que rege a sua utilização" (KISHIMOTO, 1994).

Para a autora, também podemos conceituar o brinquedo em “termos materiais e intangíveis (qualquer objeto industrial, sucata, meus dedos, minha voz, uma ideia), como por exemplo algo que se destina a ser jogado, que se torna um suporte para a atividade do jogo" (KISHIMOTO 2009).

E relata também que “o primeiro brinquedo de um bebê é um adulto que fala e comunica com ele e fazê-lo ver e explorar o mundo" (KISHIMOTO, 2010). Kishimoto especifica brincando que "esta é uma atividade gratuita que aparece a qualquer momento, iniciado e dirigido pela criança; proporciona prazer, não exige um produto final como condição; relaxa, participa, ensina regras, idiomas, desenvolve habilidades e apresenta a criança ao mundo inventado” (KISHIMOTO, 2010).

Mas Kishimoto resiste à ideia de que jogar é poder ensinar o conteúdo do currículo, para ela pertence “jogo educativo ou didático”. Outra categoria “que possui características diferentes de brincadeira livre”



(KISHIMOTO, 2009). Para garantir que os professores entendam as atividades da escola no trabalho ou no lazer, Kishimoto diz que duas coisas são essenciais: livre escolha e controle interno.

Primeiro, só é considerada brincadeira de criança se a criança fizer espontaneamente, caso contrário é considerado trabalho ou ensino. No segundo Nos jogos infantis, as próprias crianças ditam o curso do jogo Procedimentos. “se um professor utiliza um jogo forçado em sala de aula para ensinar, ele não proporciona liberdade e controle interno aos alunos. Neste caso é avassalador o ensino, liderança docente” (KISHIMOTO, 1994).

Segundo Kishimoto, a brincadeira das crianças deve ser livre, espontânea e relacionada com a seu próprio uso na educação infantil, ela afirma: “Todo período da educação infantil é importante apresentar os jogos. [...] a oportunidade de brincar desde o início da educação infantil Isto garante a cidadania das crianças e atividades pedagógicas de maior qualidade” (KISHIMOTO, 2010).

Um professor atencioso seria responsável, por exemplo, pela observação e monitoramento para cada criança, observando os brinquedos preferidos com que brincavam, como brincava, o que fazia de novo todas as semanas, e interagia com diferentes objetos e pessoas do seu grupo e outras pessoas quando você brincava de faz de conta com instruções simples ou complexos, com quem e o que fez” (KISHIMOTO, 2010).

O importante trabalho de Kishimoto para orientar o uso de brinquedos e jogos na educação infantil é seu artigo “Brinquedos e jogos educação infantil”. Neste artigo, Kishimoto não fala apenas sobre a importância em sua perspectiva sobre a inclusão do brincar na educação infantil, mas também trata de aspectos como o cuidado escolha de brinquedos.

Na obra, a autora também analisa o jogo na educação infantil O currículo nacional para a educação infantil afirma que “hábitos práticas pedagógicas devem garantir uma variedade de experiências” e também mostrar que “não se pode pensar brincando sem interação” (KISHIMOTO, 2010), as interações ocorrem a professora, com outras crianças, com brinquedos e materiais, com o ambiente e também comunicação entre a instituição, a família e a criança.

JEAN PIAGET (2013) dedicou parte de seus esforços para explicar a estrutura do conhecimento e desenvolvimento cognitivo humano, em suas obras Piaget considerou o papel das brincadeiras nesses processos. Segundo Giacometti e colaboradores para (2013), “Um dos estudos mais importantes sobre a brincadeira infantil está na obra de Piaget “Formação dos Símbolos em Crianças”. Nesta obra, Piaget observa as relações entre o jogo e o brincar no desenvolvimento intelectual das crianças. Giacometti (2013) nos dizem que Piaget estabelece que:



[...]o jogo encontra seu objetivo sozinho. O jogador se importa mais com o resultado do que com o jogo em si. 2) é uma atividade espontâneo, aqui o jogo não está sujeito a regras; 3) é uma atividade prazerosa; 4) há certa falta de organização no jogo; 5) aqui o comportamento da criança é isento de conflitos, aqui o jogo ignora os conflitos; 6) o jogo tem uma motivação mais forte. (GIACOMETTI, BARCELOS E DIAS 2013, p.1102)

Para compreender a visão de Piaget sobre a brincadeira, especialmente na faixa etária infantil, 0-5 anos, é necessário considerar as etapas de desenvolvimento que foram fundada por Piaget. No conceito de Piaget, existem 4 estágios de desenvolvimento cognitivo, As duas primeiras etapas são as que realmente interessam do ponto de vista da educação infantil. Eles: sensório-motor (do nascimento aos 2 anos) e pré-operatório (2 aos 7 anos).

Na fase sensório-motora, a criança não possui habilidade simbólica, ou seja. "ele não tem não apresenta o pensamento ou o afeto associado às performances que permitem que as pessoas fiquem entusiasmadas ou objetos na sua ausência" (PIAGET E INBIEDER, 1986, p. 11 ao lado de PALANGANA, 2015).

Em suma, pode-se dizer que durante os primeiros dois anos de vida a criança se separa do que é do mundo, aprende a sentir causalidade, espaço e tempo, interação com o ambiente, mostrando uma inteligência essencialmente prática, caracterizada por uma intencionalidade e uma certa plasticidade. Embora esse comportamento inteligente é essencialmente prático, organiza e constrói categorias básicas a atividade que está subjacente a todas as estruturas cognitivas futuras o que a criança faz (PALANGANA, 2015)

Na segunda etapa, a fase pré-operacional, a criança já possui habilidade simbólica, em breve ser capaz de reconhecer os símbolos em suas formas, atingindo um certo nível de independência de estímulos captados pelos sentidos. Neste ponto, a criança também começa a separar o significante (símbolo, imagem, representação) do significado (objeto). ou estrutura real).

Dentre as demais características básicas que identificam a natureza do pensamento pré-operacional, também pode-se destacar a conduta egocêntrica ou autocentrada. A criança vê o mundo a partir de sua própria perspectiva e não imagina que haja outros pontos de vista possíveis. Daí que uma das principais tarefas a serem cumpridas nestes estágios é a descontração, o que significa sair da perspectiva do "eu" como o único sistema de referência (PALAGANA, 2015).

Segundo MATOS e FARIA (2011), para Piaget a brincadeira ocorre "em um período de tempo simultâneo manequim, embora seja principalmente habitação, jogo, A principal característica é a assimilação." Precisamos de adaptação e assimilação, "refere-se à incorporação de novas experiências ou conhecimentos na estrutura mental, mas sem alterá-lo" e a adaptação "é determinada pelo processo de sua reorganização estruturas para que possam adicionar novas informações e alterá-las adaptar-se às novas demandas ambientais". (PALANGANA, 2015)



MATOS e FARIA (2011) utilizam a teoria de Piaget em seu artigo “Brincar e Aprender”. Os autores dizem que, segundo Piaget, a brincadeira começa com o comportamento sensório-motor, quando as reações circulares continuam nos jogos, ou seja. as ações começam a se repetir “simplesmente pela alegria que a repetição proporciona” (MATTOS E FARIA, 2011).

MENESES (2012) explica as reações circulares da seguinte forma: “criança, depois disso Quando acontece de você realizar uma ação que lhe dá satisfação, você começa a repetir a mesma ação repetidamente o que é chamado de reação circular.” A princípio, se por acaso aplicação agradável, a criança completa o processo de assimilação. Repita mais tarde característico de uma reação circular, ele segue então para o processo de alojamento. para Mattos e Faria (2011) “os esforços de adaptação parecem ser típicos da nova resposta circular foi iniciada, eles se transformarão em jogo”. Neste ponto, Piaget chama os jogos (1971), jogos de treino.

O jogo se desenvolve como desenvolvimento cognitivo uma criança e uma criança com idades entre 18 e 24 meses "já iniciaram o processo de representação devido ao surgimento de um símbolo mental lúdico, que se tornou um sistema simbólico, caracterizando assim o início da teoria do “fazer fé” (MATTOS E FARIA, 2011). A fase pré-operacional é caracterizada pelo jogo simbólico.

Também o jogo simbólico de Piaget (1971) contém características de um jogo. Exercício, mas recebe o nome “quando o simbolismo é integrado outros elementos” e também "suas funções se distanciam cada vez mais do simples exercício". Piaget também menciona "um único jogo simbólico" e "dois ou mais símbolos", mas não o menciona. Separe-os em categorias.

Ao construir representações, a criança preserva, pensa, lê o mundo através do jogo simbólico, do faz de conta, a criança assimila a realidade externa do adulto com a sua própria realidade interna. A hora do jogo e um momento carregado de significações. A criança deve vivenciar o jogo simbólico: brincando ou desenhando está interagindo com o mundo. está recebendo, internalizando ideias e sentimentos. E ele dá sua resposta criativa (MATTOS E FARIA, 2011)

Os trabalhos de Lev S. Vygotsky enfocam o desenvolvimento social ou cultural dos indivíduos a partir de uma perspectiva sócio interacional. (NEGRINA, 1995; PALANGANA, 2015). Segundo Negrine (1995), Vygotsky vê a brincadeira como uma ferramenta a base do desenvolvimento cultural das crianças" e também aborda a estreita relação processos de aprendizagem e desenvolvimento (maturação) onde o “processo de maturação prepara e possibilita um determinado processo de aprendizagem, durante o processo de aprendizagem, estimula o processo de maturação e até certo ponto o promove”.

Um conceito importante a lembrar para compreender a obra de Vygotsky “zona de desenvolvimento próximo”. Este conceito leva à ideia de uma distância entre a qual o que a criança pode fazer sozinha e o que ela pode fazer outra pessoa e que poderá aprender a fazer isso sozinho no futuro. Este conceito Isto inclui em si a questão da relação entre desenvolvimento, aprendizagem e gostar Tonietto, Vieira, de Paula



e Wandembruck (2006) nos dizem: “A aprendizagem é interativa desenvolvimento que cria uma abertura para a área de desenvolvimento próximo”. Região o desenvolvimento próximo não é fixo, pelo contrário, ele muda, se expande e muda quando a criança cresce e quando está em interação social.

Para TONIETTO (2006) “a brincadeira cria uma zona para o desenvolvimento proximal uma criança que se comporta além do comportamento normal para sua idade, que cria a estrutura básica de necessidades e mudanças na consciência que dão origem ao novo uma espécie de atitude perante a realidade.”

Vygotsky considera que a brincadeira ocorre simultaneamente ao simbolismo. NEGRINE(1995) diz que Vygotsky “diz que jogar numa situação imaginária é completamente impossível para uma criança com menos de três anos.” Traçando um paralelo com a teoria de Piaget, vemos há uma contradição na medida em que Piaget se refere à emergência de um sistema simbólico ocorre entre 18 e 24 meses de idade. Temos o seguinte a respeito desse aspecto da teoria de Vygotsky:

Vygotsky, ao considerar que o jogo começa com o surgimento de um mundo ilusório ou imaginário, provavelmente se esqueceu de explicar como ele entendia a atividade d criança anterior a esta fase, uma vez eu esta etapa, na sua teoria, não está suficientemente esclarecida, principalmente quando ele analisa o jogo infantil. (NEGRINE, 1995)

Para Vygotsky, a brincadeira é definida pelo simbolismo, uma situação imaginária. Um tempo que esta situação imaginária contém normas de comportamento, embora de certa forma alguns seus elementos estão alienados da realidade, podemos concluir que não existe jogo sem regras (NEGRINE, 1995). Como mostra Vygotski (1991), numa situação em que uma criança brinca como a mãe da boneca, “a criança se imagina como a mãe e a boneca como a criança e portanto, ele deve seguir as regras de conduta de sua mãe.”

Então as regras do jogo não necessariamente construído por outra pessoa, pré-jogo ou especialmente projetado criado apenas para este momento. Estas podem ser regras sociais existentes uma realidade que a criança internalizou em sua aprendizagem anterior e existe crianças brincando com outras pessoas ou em brincadeiras solitárias.

NEGRINE (1995) nos diz isso da mesma forma que uma situação imaginária contém regras, todos os jogos de regras contém uma situação imaginária. O autor traz então outra interessante comparação entre as teorias de Piaget e Vygotsky. Segundo ele,

“Para Vygotsky A brincadeira infantil não se desenvolve da brincadeira simbólica para a brincadeira com regras, como diz Piaget, mas da brincadeira. Das regras ocultas ao jogo de regras aparentes”.

O papel do brinqueado em relação à teoria de Vygotsky é servir de alicerce para atender certas necessidades da criança e essas necessidades “evoluem com o tempo desenvolvimento” (ROLIM et al. 2008). Isso é o que os autores também nos dizem Vygotsky: “Para compreender o desenvolvimento de uma criança, é preciso considerar necessidades e motivações que sejam eficazes para realizá-las”.



Crianças pequenas que foram privados da capacidade de criar situações imaginárias geralmente são relacionar seu comportamento, necessidades e desejos a situações específicas, intimamente relacionado aos seus sentimentos. Nas próprias palavras de Vygotsky (1991) "A tendência de uma criança muito pequena é satisfazer imediatamente os seus desejos; geralmente, o intervalo entre um desejo e a sua satisfação é muito curto." Mas as crianças que já têm imaginação podem querer coisas e até mesmo situações que você não conseguiria se quisesse.

Para Vygotsky o brinquedo emerge dessas necessidades não satisfeitas como um meio de permitir para que a criança, entrando no campo da imaginação, realize seu desejo. (VYGOTSKY 1991) nos fala sobre dois paradoxos do brinquedo:

O primeiro paradoxo inerente ao brinquedo é que a criança atua numa situação real com um significado estranho. O segundo é que, no brinquedo, a criança segue o caminho do menor esforço- ela faz o que mas gosta de fazer, porque o brinquedo está unido ao prazer- e ao mesmo tempo, a prende os caminhos mais difíceis, subordinando-se as regras e, por conseguinte renunciando ao que ela quer, uma vez que a sujeição a regras e a renúncia a ação impulsiva constitui o caminho para o prazer do brinquedo (VYGOTSKY, 1991)

A contribuição de Vygotsky para o jogo vê-se, sente-se que o mesmo valoriza as brincadeiras e os brinquedos como ferramentas importantes desenvolvimento infantil, especialmente a perspectiva sociocultural que tão fortemente os permeia a construção.

### **3 CONCLUSÃO**

Pode-se concluir que a ludicidade na educação infantil não é uma tarefa fácil de se trabalhar, mas também não é impossível, é necessário e é direito de toda criança como já foi aqui tanto ressaltado. O brincar é a atividade que engloba praticamente toda a vida da criança, do acordar ao deitar e é com ele que se descobre a vida, enfrentando através da fantasia e do faz de conta o desafio do crescimento. O brinquedo não é para criança um passa tempo e sim um estímulo para seu espírito.

O educador tem um papel no desenvolvimento das crianças e, assim precisa ter uma atitude ou uma visão ativa em relação a ludicidade na educação infantil, ou seja, fazer observações enquanto as crianças brincam, construindo um conhecimento sobre as atividades que estão sendo trabalhadas. Para isso se faz necessária a criação de espaços adequados para que a criança possa se desenvolver através do lúdico plenamente feliz e realizada.

Nas brincadeiras aprendem a compartilhar ideias, objetos e brinquedos, a superar o seu egoísmo e solucionar os conflitos que surgem. Cabe ao educador fomentar e diversificar as brincadeiras como: pinturas de rosto, fantasias, máscaras e sucatas, brinquedos de faz de conta etc. Também pode-se resgatar jogos de



regras e jogos tradicionais como a queimada, amarelinha, cabra cega, futebol, pique –pega; enfim qualquer brincadeira ou jogo é interessante desde de que seja do agrado da criança.

Ao longo de todo trabalho pode-se perceber que cada autor tem sua própria abordagem à respeito da contribuição da brincadeira para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. Kishimoto esclarece os detalhes de termos como jogo, brinquedos e jogos e faz um ótimo trabalho explicando coisas que a utilização do jogo na educação de crianças de 0 a 5 anos.

Trazendo uma prática a sugerir jogos e materiais para usar, exercício não encontrado nas obras de Piaget ou Vygotsky, além dos exemplos dados pelos autores como ilustrações e teorias. Também coloca-se em perspectiva o ponto de vista interessante de Kishimoto sobre a obra de Piaget e Vygotsky, a que ele realizou em seu livro “Brincadeira e educação infantil.”

De acordo com a teoria de Piaget, a brincadeira revela mecanismos cognitivos da criança" e Piaget "colocando a inteligência em jogo, não o conteúdo da inteligência a estrutura cognitiva [...] mostra quão pouco valor ela atribui a ela' tanto quanto ao 'conteúdo'. A inteligência não tem sentido na estrutura da saúde mental, centro da investigação psicológica [...] Expressando a cultura lúdica ao autor, a criança apenas mostra o nível de seu estágio cognitivo” (KISHIMOTO, 1994).

E é isso que ele nos conta sobre os estudos de Vygotsky seus paradigmas para explicar o jogo infantil localizam-se na filosofia marxista-leninista que concebe o mundo como resultado de processo histórico-sociais que alteram não só o modo de vida da sociedade mais inclusive as formas de pensamento do ser humano. são sistemas produtivos, geradores de novos modos de vida, fatores que modificam o modo de pensa do homem. desta forma, toda conduta do ser humano, incluindo suas brincadeiras são construídas como resultado de processo sociais (KISHIMOTO, 1994)

Embora Kishimoto e Vygotsky tenham uma relação sociocultural mais próxima com o processo lúdico e que a mesma se distancia de Piaget. Pode-se afirmar, que Kishimoto também fala sobre a teoria de Piaget na medida que, ressalta sobre repetir ações prazerosas na brincadeira (o que nos leva ao círculo de reações Piaget); relata que por volta dos seis meses os bebês “pensam com as mãos” e usam o corpo como instrumento; e fala sobre a importância de explorar o uso de diferentes materiais texturizados, cores e sons nos remetem ao desenvolvimento sensorial de que falava Piaget. (KISHIMOTO, 2010).

Piaget, concentra-se no desenvolvimento da estrutura cognitiva, coloca como pano de fundo de seus estudos, mas ele considera isso uma parte importante do processo de desenvolvimento da criança e que se origina nas fases iniciais do desenvolvimento da criança já nos primeiros meses de vida.

Com uma abordagem sociocultural, Vygotsky coloca a série em jogo a partir do terceiro ano, a partir do fortalecimento da capacidade simbólica da criança, leva em consideração situações ficcionais que a criança vivencia como brincadeira.



## REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. A HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA. Rio de Janeiro, 2ª edição, editora Guanabara s. a. 1981.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília. DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.
- KISHIMOTO, Tizuko M. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil.
- MATTOS, Regiane C. F.; FARIA, Moacir Alves de. Jogo e Aprendizagem. Revista Eletrônica Saberes da Educação. Volume 2, nº 1, 2011. MENESES, Hélem Soares de. O período sensório-motor de Piaget.
- NEGRINE, Airton. Concepção do jogo em Vygotsky: uma perspectiva psicopedagógica. Revista Movimento. Porto Alegre, ano 2, nº 2, junho 1995.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos Direitos da Criança, 1959.
- PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotski: a relevância do social. São Paulo: Summus, 2015.
- PIAGET, J. A Formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo. São Paulo: Zahar, 1971.
- TONIETTO, Marcos Rafael; VIEIRA, Flavia G. L.; DE PAULA, Deborah H. L.; WANDEMBRUCK, Monique Paola. Brincar: uma experiência na teoria de Vygotsky. In: Educere – Anais. Curitiba, 2006.
- VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente - o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.